

**09 de fevereiro de 2011**

**Luiz Augusto Facchini**

Prezados colegas,

A pedido do caro amigo Gilson Carvalho, encaminho o texto de Antonio Jordão, que alerta para o risco de golpe no CNS. O texto apresenta uma posição distinta da análise que fiz da eleição no CNS, mas é importante para fomentar o debate e refinar nossos argumentos. Por respeito ao colega, apresento meus comentários, após suas considerações, .

Um grande abraço,  
Facchini

----- Mensagem encaminhada -----

De: Luiz Augusto Facchini

Data: 9 de fevereiro de 2011 00:13

Assunto: Re: PARA ANIMAR O DEBATE E OUVIR O CONTRADITÓRIO

Para: Gilson Carvalho

Oi Gilson,

Sem problemas, vamos divulgar sim. Meu interesse é motivar o debate e recolher os argumentos de melhor qualidade, que avancem, que superem a mesmice e a estagnação.

Um grande abraço,

Facchini

Em 8 de fevereiro de 2011 21:01, Gilson Carvalho

<carvalhogilson@uol.com.br> escreveu:

> FACHINI: DÁ PARA DIVULGAR EM SUA LISTA? ACHO QUE TEMOS QUE OUVIR TODOS OS

> ARGUMENTOS DE TODOS OS LADOS PARA NÃO FICARMOS SÓ DIALOGANDO COM OS QUE

> CONCORDAM CONOSCO E PENSAM IGUAL. TODA CONVENÇÃO DE CONVICTOS TEM COMO

> PRODUTO A MESMICE!

>

> Ameaça de golpe no Conselho Nacional de Saúde

>

> Antônio Jordão

> Jordão é Médico Oftalmologista, Sindicalista, ex-presidente do Sindicato dos

> médicos de Pernambuco e atual Secretário das Relações de Trabalho da FENAM.

>

>

> O último fato mais estarrecedor de atentado às conquistas sociais contra o

> SUS e contra o controle externo são os rumores de golpe no CNS.

> Rumores de que os setores neoliberais do governo estariam orquestrando um

- > golpe no CNS!
- > Sob a alegação de que o CNS seria o “único conselho” a dar problema para o
- > governo (leia-se onda neoliberal, reprivatizante, contra-reformista), ou
- > seja, que discute a saúde, seus problemas, o desfinanciamento, a ausente
- > carreira e salários únicos, o contra fluxo na estruturação do SUS, questiona
- > as “soluções mágicas” advindas do financiamento inadequado, fiscaliza,
- > acompanha a implantação de políticas ou a ausência delas, denuncia desvios
- > ou ataques ao SUS, enfim, se posiciona. Seria, então, necessário o controle
- > do CNS. Por bem ou por mal. Se uma intervenção pode parecer mal vista,
- > contrária a todos os princípios democráticos defendidos pelo PT e pelos
- > setores progressistas, então procura-se outra forma. Daí a opção em curso
- > pela disputa eleitoral pela presidência do CNS. Sim, isso mesmo, a disputa
- > governamental pela presidência do conselho que, com todas as dificuldades,
- > faz controle social no país. Desta maneira, converte-se o CNS de controle
- > social em um mero apêndice do MS. Em mais um cômodo consultivo e sem vida do
- > Executivo!
- > Como ideário da campanha, vende-se o discurso de “prestigiar” o CNS com a
- > presidência ocupada pelo próprio Ministro da Saúde. Ora, como se para
- > prestigiar o conselho, o Ministro precisasse ser o presidente. Por trás da
- > proposta estaria o projeto da minimização de custos através da privatização
- > (OS’s, Oscips, fundação estatal, precarizações, entre outras coisas em um
- > verdadeiro pacote de maldades) e o endurecimento no trato com os servidores.
- > A tática seria cooptar os usuários e isolar os trabalhadores de saúde no
- > conselho. E o bode expiatório seria, outra vez, os trabalhadores; os
- > servidores públicos tratados por Collor como marajás e postos em
- > disponibilidade; induzidos à demissão por FHC que iniciou um processo de
- > contra-reforma social privatizante através de OS’s e Oscips. Os mesmos
- > trabalhadores públicos que após 22 anos de Constituição Cidadã e do SUS
- > ainda não foram valorizados com uma carreira única e salários decentes!
- > Como estão funcionando e como se posicionarão os demais conselhos (estaduais
- > e municipais) diante dessa ameaça ao controle externo e à própria democracia
- > ? E as centrais sindicais? As representações dos Usuários ? Os movimentos
- > sociais, o que significam para o estado democrático de direito ? Figura de
- > retórica, discurso para agradar setores sociais e a opinião pública nacional
- > e internacional?
- > Na semana próxima passada, a presidente Dilma Roussef foi muito feliz ao
- > dizer que o "SUS é uma estrutura ainda incomplete, com falhas... contudo é
- > uma conquista inestimável da democracia brasileira, sistema solidário e
- > universal fruto da Constituinte."
- > Será que ela tem conhecimento desta ameaça ao controle social e ao próprio
- > SUS ?
- >
- >

#### ANÁLISE DE FACCHINI SOBRE O TEXTO DE ANTONIO JORDÃO:

Prezados colegas,

Respeito o autor do texto acima e li com atenção seus argumentos e preocupações, mas quero lembrar que estamos em uma democracia estável e sólida, cujas instituições não estão sob o risco iminente de golpes ou desrespeito a lei. Lembro também que sob o manto da defesa intransigente da sofrida classe trabalhadora foram construídas tiranias, perpetrados massacres e impingidas regras únicas e exclusivas. Eu não vejo qualquer ameaça de golpe no CNS, ou de ataque à democracia na sucessão de seu presidente, ou de restrição ao papel do controle social no SUS. Ao contrário, vejo perspectivas de transformar um espaço que enfrenta uma forte crise de identidade e liderança institucional, em uma arena política de primeira grandeza no país. Fosse o CNS esta arena democrática que destaca Antonio Jordão, as eleições teriam transcorrido com naturalidade naquele órgão em fins de 2010. Não teria havido postergações, crises e manobras para evitar a eleição de um usuário como presidente. Aliás, o próprio presidente em fim de mandato deveria ter conduzido e estimulado esse processo, que seria coroado com a eleição de um usuário. Portanto, não vejo qualquer risco da classe trabalhadora do SUS e de seus representantes no CNS serem alvo da violência política de um golpe maquiavélico e neoliberal. Ao contrário, vejo que se aproxima o momento em que os trabalhadores do SUS alcançarão contratos dignos, com garantias de proteção social e estabilidade no emprego, mas também de remuneração mediante a dedicação e o desempenho profissional. Acho estranho que haja uma eleição no CNS em dez dias e na página do CNS não tenha qualquer notícia a respeito. Deveríamos ter um grande debate instalado, sob responsabilidade da comissão eleitoral e da mesa diretora. Argumentos corporativos, muitas vezes projetam falsas ameaças a uma categoria profissional que, apesar de não haver alcançado a plenitude de seus direitos sociais, não enfrenta a miséria do desemprego, nem do trabalho alienado. Os trabalhadores de saúde estão entre os mais bem remunerados do país e vislumbram boas perspectivas profissionais. Num país em franco crescimento econômico e em um setor da economia com dependência crescente de força de trabalho especializada é pouco provável que os trabalhadores da saúde amarguem perdas e retrocessos sociais, menos ainda em função do ministro da Saúde tornar-se presidente do CNS. Não defendo qualquer privatização do SUS, ou do Estado brasileiro, menos ainda receitas neoliberais. Ao contrário, considero que serviços filantrópicos e universitários deveriam atender exclusivamente a usuários do SUS e servir de padrão de referência para serviços privados e planos de saúde. Não considero OS, OSCIP, ONG, fundação estatal, empresa pública, ou qualquer outra figura jurídica panacéia para os males da saúde, mas à semelhança da eleição do ministro da Saúde para a presidência do CNS, podem ser parte de uma solução complexa. Defendo um Estado solidário e protetor, comprometido com a justiça social, a racionalidade operacional e a excelência profissional. Defendo um pacto político capaz de enfrentar todos os desafios e mazelas que impedem o SUS de alcançar o padrão de exigência compatível com nossa posição de sexta economia mais forte do planeta. A eleição do CNS pode ser uma boa oportunidade para iniciar a construção desse pacto, que deverá colocar os interesses e necessidades da população e do SUS antes dos interesses de grupos e indivíduos.

Um abraço,

Facchini

\*\*\*\*\*

**Gustavo Gusso**

Prezado Facchini,

Concordo com sua argumentação e enxergo o texto do Antonio Jordao como uma "visão conspiratória" do processo. Creio que estamos no limbo e é delicado usar o "argumento-coringa" de "golpe" pois não ajuda o país ou quem quer que fique na presidência do CNS. Parabéns pela condução. Reafirmo apoio integral ao Ministro presidir o CNS neste momento.

Aproveito para mandar um vídeo de uma campanha mais do que necessária a qual nós, médicos de família e comunidade, estamos sempre engajados no dia a dia das equipes. "Temos que proteger os pacientes dos especialistas inadequados e os especialistas dos pacientes inadequados" (John Fry): [http://www.youtube.com/watch?v=P\\_X500I2rhQ&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=P_X500I2rhQ&feature=player_embedded)

No Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade de 23 a 26 de Junho em Brasília, vamos fazer uma campanha contra o excesso de prevenção secundária (uma indústria que cresce horrores) e a favor de mais prevenção quaternária. Estão confirmadas Iona Heath (presidente do Royal College of GP inglês), Andy Haines (Diretor da London School of Hygiene and Tropical Medicine), Marc Jamouille (médico de família criador do conceito de prevenção quaternária - "proteger o paciente do especialista inadequado"), nosso querido Facchini, nossa querida Maria Fatima de Souza, palestrantes de Portugal, África do Sul, Espanha, etc, etc, etc.. (<http://www.eventoall.com.br/familia2011/>). Enfim, um congresso multiprofissional, organizado por uma entidade científica filiada a AMB e sem nenhum incentivo da indústria farmacêutica. Por favor, nos ajudem a divulgar.

Bom dia a todos. Sol lindo em São Paulo um dia após show do Elomar no SESC Belenzinho (um lugar simplesmente incrível na Zona Leste de São Paulo)

abraços,

Gustavo Gusso

Presidente da SBMFC

\*\*\*\*\*

### **Roberto Nogueira**

Prezados companheiros,

Antes de mais nada, devemos saudar a oportunidade deste debate democrático. E quero endossar por completo o que argumenta o Facchini contra o Antonio Jordão, que escreve com cores nos dão a impressão de que existem forças ocultas janistas em ação ou artimanhas próprias da ditadura militar. Isto é fantasia pura e muito perigosa a esta altura da disputa no CNS. A presidência do Conselho pelo ministro da saúde não é uma invenção arbitrária, mas tem precedente histórico. Em 1996, quando eu estava à frente da antiga Coordenação de Recursos Humanos para o SUS presenciei muitas vezes o Ministro Jatene conduzindo a presidência do CNS de modo imparcial, mas às vezes confrontando sua opinião de gestor contra a de representantes dos trabalhadores, mas tudo dentro de um clima perfeitamente democrático. Foi quando nasceu a NOB-96 em aberta discussão. Esta não é uma função incompatível com a condução paralela do ministério, mas ao contrário valoriza o debate e as decisões no Conselho. O que se tem

atualmente é um desafio político colocado ap CNS deliberadamente pelo ministro Padilha e não pelo governo Dilma como um todo, que nem toma conhecimento desse conflito setorial, porque já tem que lidar com inúmeros embates internos. Sendo um desafio político, os segmentos que se juntam no CNS devem responder politicamente e não ficar imaginando que há uma campanha nacional contra a visão defendida pelo segmentos dos trabalhadores do SUS.

Abraços a todos

\*\*\*\*\*

**Moisés Goldbaum**

Caro Facchini, as suas ponderações são claras, objetivas e corretas. Eu as apoio na íntegra. Estas suas palavras são mais uma evidência que a ABRASCO está muito bem representada e bem conduzida.

Abraços!!!

--

Moisés Goldbaum  
Departamento de Medicina Preventiva  
Faculdade de Medicina da USP

\*\*\*\*\*

**Lia Giraldo**

Prezados tod@s, concordando com o Facchini, mas também qualificando o Dr. Jordão, que é um dirigente sindical engajado não só na luta corporativa, mas de defesa do SUS. Como estou em Pernambuco não poderia deixar de dar este testemunho. Ocorre que aqui em Pernambuco estamos todos assombrados com o processo de privatização do SUS e de ver esvaír pela transferência de responsabilidades do Estado para entidades privadas, os Hospitais e UPA, construídos com recursos públicos e ver que as mazelas observadas no tratamento aos usuários e nas relações de trabalho não são enfrentadas, bem como a resolutividade também não melhora. Por exemplo, aquelas manobras de seleção de patologias rentáveis nesses equipamentos que deveriam ser públicos e transferências daquelas custosas permanecem. Os médioocs de família estão migrando para as UPA. Instituições travestidas de filantrópicas recebem fartos recursos públicos dentro de uma rede de conflitos de interesse público e privado. Mesmo não concordando com a análise um tanto assombrada, mas a luz de tantas falcatruas a sua preocupação não é destituída de evidências concretas na conjuntura que sabemos não ser apenas de Pernambuco. Não é a toa que estamos nessa discussão da RF.

Saudações

Lia

\*\*\*\*\*

**Alcides Silva de Miranda**

Saudação a todos,

Também li com atenção o texto aludido (Antonio Jordão) e o âmago de sua argumentação me pareceu familiar. Ouvi os mesmos argumentos, com idêntica conotação permeada de ameaças subliminares, numa reunião do FENTAS, por ocasião da última plenária do CNS.

Durante os últimos anos o CNS tem sido conduzido mais como uma entidade sindical e menos como uma instância plural onde devem interagir múltiplos grupos de interesses sob a égide da res publica. Na avaliação do trabalho do último ano da Mesa Diretora do CNS, por ocasião da reunião plenária de Janeiro, critiquei a postura meramente denunciativa e pouco propositiva, a ausência de análises mais fundamentadas e substanciais (mais que isso: a renúncia de buscar subsídios e apoio para tais fundamentações e a disputa por direcionalidade estratégica)... Minha crítica não foi contestada, ao contrário, aludiram tratar-se de divagações genéricas (buscavam a crítica e embate pontuais e personalizados).

Parece-me bom sintoma, que o CNS seja focalizado agora com tanta ênfase, por ocasião de uma disputa que, independente do rumo a seguir, alijou a possibilidade de continuísmo da condução anterior. Creio que são relevantes todas as críticas e questionamentos, por mais panfletárias que algumas possam parecer, mas torna-se necessário o discernimento entre substância e sensações de ressentimento e rancor.

Importa mais afirmar uma práxis pautada por desafios e agendas propositivas sob tensão democrática, uma vez que os riscos e ameaças encontram-se reconhecidos e devem ser enfrentados em sua transcendência. Importa menos o limbo discursivo estacionado na denúncia do risco e o estereótipo da conspiração, que mobilizam mais pelo temor.

Alcides Miranda

\*\*\*\*\*

**Luis Eugênio Portela**

Pessoal,

Para enfrentar o desafio de implantação de um SUS universal e equitativo, é necessário que o CNS seja um espaço de debate de ideias. Quem sabe hoje quais são as melhores estratégias para efetivar o SUS? Ninguém tem uma resposta satisfatória ou consensual, mas é essa a questão para a qual o CNS deve se voltar. Se há acordo quanto ao dever-ser do SUS (o que está na lei), temos as bases mínimas para aprofundar esse debate.

Luis Eugenio

\*\*\*\*\*

**Antônio Jordão**

COMENTÁRIOS DE ANTONIO JORDÃO SOBRE O 1º TEXTO E AS CONSIDERAÇÕES

Meus Caros,

Muito bom dia.

Saudações cidadãs e fraternas.

Antes de mais nada, quero agradecer pelos comentários, particularmente a Lia Giraldo – testemunha da minha militância como sindicalista e conselheiro (com muito orgulho) e nas lutas sociais especialmente na saúde.

A bem da verdade, o texto enviado como de minha autoria exclusiva foi um pré-texto construído com outros companheiros, inclusive do Sindsaúde, para o início do nosso debate.

Aproveito para apreciar o texto e os comentários de pessoas sem dúvida compromissadas com a saúde.

Inegável as conquistas sociais de 500 anos consolidados na CF de 1988. A importância do SUS. Porém, todos concordam que o SUS está incompleto, inclusive com muita lucidez, a presidente Dilma.

Nos dividimos é quanto ao SUS que queremos.

Defendo o SUS público-estatal, como é o sistema de saúde inglês que atende a 95 % da população. Vá alguém dizer a um cidadão inglês que lhe vão tirar isso!

Defendo o SUS como política social prioritária, com financiamento proporcional pelo menos ao dos nossos irmãos argentinos ou chilenos.

Defendo o Serviço público estatal e o ingresso através do instituto do concurso público consagrado na nossa CF. Defendo a gestão pública profissionalizada sendo-lhe assegurada a oportunidade de dar certo. A gestão do Banco Central, da Receita Federal ou da nossa diplomacia não é boa? Parece-nos que as condições objetivas para o bom funcionamento lhe são proporcionadas; talvez à exceção do quantitativo de RH que segundo informações precisaria ser maior.

Defendo, sim, sem qualquer constrangimento, a valorização dos servidores públicos. Primeiro porque os governos passam, mas os servidores de carreira são necessários para ficar e defender o interesse do estado e, portanto, de todos os cidadãos. Portanto, a carreira é essencial, assim como a extinção dos contratos precarizados e o limite de cargos comissionados a um percentual mínimo. Por outro lado, sabemos que o que fixa profissionais, principalmente em regiões de difícil ou longínquo acesso, é a carreira e salário condizentes. Ou não é assim no Judiciário e Ministério Público?

Quanto aos “maiores salários do país”, quero atestar que há profissionais de enfermagem recebendo salário mínimo. Gostaria de saber dos casos concretos – envolvendo o conjunto dos profissionais de saúde – dessas altas remunerações e comparado a quem.

Defendo o controle social. Sim, grande avanço para a Democracia. E controle social tem que ser independente, acho.

As regras precisam ser para todos. Acredito ser difícil consolidar leis, costumes, instituições, quando as regras mudam ao sabor das ocasiões. Vão predominar interesses menores.

No CNS, como em qualquer conselho, a eleição tem que ter data e ampla divulgação. E debate. Os interesses precisam estar bem explicitados. É o que a sociedade espera.

Quanto à eleição do presidente, o pleito do ministro é legal e legítimo. Ele pode até acumular o comando do MS e a presidência do CNS. Mas não nos parece a melhor opção. O Controle social já acumulou o suficiente para andar com as próprias pernas. Para o Ministro, fica até mais interessante não presidir o órgão que o fiscaliza. E os representantes ficam mais à vontade em trazer os problemas da sociedade. O Ministro estar presente às reuniões do CNS prestigia o controle social? Indubitavelmente. Diria mais: é uma necessidade. E proporciona ao ministro muito mais elementos de formulação e consenso para a construção de políticas. E no sentido inverso, também é prestigiado. Porém, para tanto, não precisa estar na condição de presidente.

O controle social precisa emancipar-se em todos os níveis. Todos condenamos a “prefeiturização” e a “governadorização”. Novos passos à frente são necessários, não para trás. Não basta não haver retrocessos, é preciso não PARECER que haja. E, finalmente, precisamos responder: haverá o respeito pelo caráter deliberativo do conselho ?

Acho que o dilema nesse momento é respondermos quanto a:

- 1) O SUS que queremos
- 2) O controle social que queremos.

Não somos obrigados a pensar da mesma maneira, no todo e nas partes de um projeto de política social. Aliás, Manuel Bandeira já dizia que “toda unanimidade é burra”. Mas se cada um assumir o seu projeto, já fica mais fácil o entendimento. Transparência nunca é demais.

Abraço afetuoso.

Jordão

\*\*\*\*\*

## **Eleonor Conill**

Como já não são poucos os temas em discussão, aproveito a intervenção do Gustavo para dar continuidade a mais um. Alguém já assinalou que um dos aspectos interessantes desse momento é a efervescência da discussão. Expansão do acesso sem mudança do modelo assistencial é um poderoso aliado da acumulação, cada vez mais ávida, do nosso velho e conhecido complexo industrial (que continua só perdendo para a indústria da guerra, donde o acerto no empréstimo do termo). Os danos biológicos são apenas uma das formas de iatrogenia e, como relembra o Roberto num excelente texto no blog do CEBES deste mês, não podemos esquecer o roubo da autonomia e da capacidade de produzir valores.

Fico feliz com essa interação cada vez maior entre SBMFC e o movimento sanitário, pois se é necessário trabalharmos numa macro-agenda, são vocês que podem legitimar outro modo de prática no cotidiano das pessoas.

Quanto às discussões sobre o CNS. Eu acho que o que devemos saudar (e acompanhar!) é a intenção do Ministro de interagir mais com as demandas dos atores sociais. Mas a criação e o funcionamento de instâncias complementares de democracia representativa (afinal, já estamos numa), sempre foram problemáticos nos países que as implementaram, transformando-se em formas de participação instrumentais, corporativas e pouco eficientes. Não acompanho o funcionamento do dia dia do nosso CNS, mas a atual composição que pode ter tido uma história e algum sentido em determinada conjuntura, me parece muito estranha. Precisamos rever isso se queremos legitimidade.

Mas, como dizia o Valla, que reforça o Fachini, participação e controle social, mesmo com problemas, sempre valem a pena.

Um abraço

Eleonor

\*\*\*\*\*

## **Luiz Augusto Fachini**

Meu caro Jordão,

Excelente! Muito obrigado pro suas considerações sobre a eleição no CNS e os desafios do SUS. De fato o SUS é um sistema universal muito diferente do sistema inglês, uma referência em todo mundo. Os pontos cruciais do SUS e do controle social que temos debatido precisam ser resolvidos e o momento é muito oportuno. Em pouco mais de 20 anos de vida, o SUS está em sua proto-história e com muitos avanços em pouco tempo, acumulamos problemas graves em todas as frentes. Com dinheiro curto e crescentes necessidades de saúde da população, as soluções para essa equação, que ganha complexidade em uma nação do tamanho do Brasil, dependem de um pacto social, que envolva de alto a baixo todo o país, da Esplanada dos Ministérios em Brasília até as UBS e as comunidades distantes. O CNS e a 14ª Conferência Nacional de Saúde podem ser palco de um pacto que sintonize as ações cotidianas e os esforços adicionais de gestores (incluindo a presidente Dilma, governadores, prefeitos e parlamentares), trabalhadores de saúde, usuários e sociedade em favor da qualidade e equidade dos

serviços de saúde e do bem-estar da população, especialmente dos mais pobres. Espero que o debate sobre as eleições no CNS motive todos os conselheiros e entidades representadas. Bem, vamos nos falando e contando com as contribuições e manifestações dos colegas.

Um abraço,  
Facchini

**10 de fevereiro de 2011-02-14**

**Luiz Augusto Facchini**

Prezado Gustavo,

Obrigado por seu apoio e suas considerações, muito precisas por sinal. Concordo que é profundamente inadequado do ponto de vista político e ético você refutar um argumento, ou uma posição de um indivíduo, ou entidade com argumentos de "golpe" e "conspirações". Temos feito um esforço enorme para protagonizarmos um debate do mais elevado nível, respeitando e valorizando todas as opiniões e posições, sem interesses mesquinhos de assumir cargos, ou desfrutar de vantagens. Estamos em plena democracia no país e não alimentamos golpes e atalhos ao poder. Prejuízo à democracia foi a decisão do CNS de não cumprir rigorosamente um processo e um calendário eleitoral que reforçariam aquela instância do controle social. Obrigado também pelo vídeo e a divulgação do Congresso. Vamos colocar na página da Abrasco (Juana, por favor!) e na página da Rede de Pesquisa em APS (Inaiara, por favor!) para divulgar e fortalecer a parceria.

Um abraço,

Facchini

**11 de fevereiro de 2011**

**Maria Fátima de Sousa**

Caro Roberto,

Durante mais de 10 anos também vivi de perto, quando compunha a equipe do Departamento da Atenção Básica/PSF, o saudável exercício democrático do Ex-Ministro Jatene e outros ministros. Os debates de idéias sempre foram "calorosos" sem perder a oportunidade igual e efetiva de participação de todas as forças ali representadas. Muitas das vezes nossas propostas não eram aprovadas, entretanto, saíamos dali com a esperança renovada de que estávamos em pleno exercício da democracia em um farol que nos iluminava à elegância e ao respeito mútuo na tarefa entre governo e sociedade.

Com atenção,

Profa. Maria Fátima de Sousa

Universidade de Brasília

Núcleo de Estudos de Saúde Pública

Coordenadora

\*\*\*\*\*

**Luiz Augusto Facchini**

Prezados colegas,

Escrevo para confirmar a reunião do movimento da RS dia 24/02/2011, 17:00, em BSB no NESP-UNB. Até a reunião vamos distribuir a nova versão da Agenda Estratégica para a Saúde para críticas, considerações e sugestões de todos. Após a reunião faremos nova rodada de debates até o encontro de março no Rio.

Hoje durante 1:30 pude conversar com muitas pessoas sobre as eleições no CNS na transmissão via twitcam do Blog Saúde com Dilma. O debate foi excelente, com um clima de de respeito e com perguntas e considerações de alto nível. Tanto de minha parte, quanto dos participantes houve muita ênfase sobre a necessidade de se buscar um consenso na sucessão do CNS, que valorize a intervenção e as contribuições de todos em favor de um salto de qualidade no papel no CNS e no desempenho dos serviços do SUS. Outra questão convergente foi a formulação de propostas sistêmicas para enfrentar os graves problemas do SUS. Assim, a proposição de ações e políticas de saúde deverá explicitar seus custos, formas de financiamento e distribuição de incentivos, articulação interfederativa, profissionalização da gestão, rede de saúde e construção de infraestrutura de excelência, suficiência e qualidade de insumos e meios de trabalho, despreciação e valorização da força de trabalho, incluindo formação e educação permanente, avaliação e monitoramento de processos e resultados. Diretrizes e metas deverão promover a interação e concatenação dos esforços visando um impacto maior e mais rápido nas condições de saúde e de vida da população. Independente das preferências para presidente do CNS, houve consenso sobre a necessidade de se ampliar o debate sobre a eleição. As sessões do CNS são transmitidas ao vivo por Internet e a reunião do dia 16/02 será um momento histórico.

Um grande abraço,

Facchini

\*\*\*\*\*

## **Luiz Augusto Facchini**

Prezados Colegas,

No dia 16 de fevereiro de 2011, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), a mais alta instância do controle social em saúde no Brasil realizará eleição para o próximo presidente e a nova mesa diretora. Nesta eleição, o CNS terá a oportunidade histórica de aprofundar a análise sobre sua história, seus feitos, suas limitações e seus principais desafios frente ao SUS e à sociedade brasileira. Vejo a possibilidade do ministro Padilha assumir sua presidência como um reforço sem precedentes ao protagonismo do CNS. A exigência do ministro estar presente senão a todas, mas pelo menos na maioria das reuniões do pleno tornará o CNS uma das mais importantes arenas de deliberação em saúde no mundo e isso sem dúvidas será benéfico para o SUS. Os acordos e os consensos, os cronogramas e as ações aprovadas no CNS serão deliberados diretamente com o ministro e sua equipe, sem intermediações e mal-entendidos. É claro, que a oportunidade dos usuários presidirem o CNS é muito importante e também um fato histórico. No entanto, as crises que se abatem sobre o SUS e o controle social serão melhor enfrentadas se o país contar com um ministro da Saúde capaz de liderar um grande pacto social em favor do SUS no cotidiano do CNS. Abdicar da presidência em favor do ministro Padilha não tornará o segmento dos usuários mais fraco ou submisso. Ao contrário, lhe dará uma capacidade de interlocução privilegiada com o ministro e o MS, considerando o peso do segmento nas decisões do CNS. Também os trabalhadores de saúde serão beneficiados por esse encaminhamento, pois terão condições de dirigir os pleitos em favor da despreciação do trabalho, da carreira, dos salários e da educação permanente diretamente ao ministro. A decisão sobre a eleição da presidência e da mesa diretora do CNS não será fácil e poderá ser tensa e desgastante. Neste momento, um gesto dos usuários e trabalhadores em favor do ministro Padilha poderá reforçar o SUS e a luta em favor da saúde como prioridade de governo no Brasil. As análises dos colegas serão muito importantes para alimentar o debate sobre a sucessão no CNS e suas perspectivas para o SUS.

Um abraço,

Facchini

\*\*\*\*\*

## **Maria Fátima Sousa**

Prezado Gustavo

Penso que não devemos entrar nesse debate de "golpe e conspiração". Afinal muitos de nós fomos vítimas do regime militar e contra ele lutamos, para que hoje pudéssemos conversar, expor nossas ideias de forma livre, democrática e respeitosa.

Quanto a divulgação do material enviado, estará na página do NESP/CEAM/UnB.

Assim continuaremos ampliando e qualificando a defesa de nossas teses por um novo modelo de atenção integral e familiar para toda a população brasileira.

Um abraço fraterno de uma idealista motivada sempre!

Com carinho

Fátima de Sousa

Julio Cesar

Por gentileza coloque no sitio do NESP os links enviados por Gustavo

Muito obrigada

**12 de fevereiro de 2011.**

**Gilson Carvalho**

Facchini e colegas da ABRASCO.

Estive acompanhando a discussão e debate sobre as eleições no Conselho Nacional de Saúde. Estou colocando o texto integral em anexo de minhas proposições para o CNS, o mesmo que circula na domingueira desta semana.

Vou extrair uma parte do texto (íntegra em anexo) que transcrevo abaixo.

Tinha me prometido que desta vez não iria adentrar na polêmica da eleição da Presidência do Conselho Nacional de Saúde. Acabei sendo puxado para a arena e sem ter como me omitir fugindo.

Quero que esta minha fala e texto sejam essencialmente propositivos, identificando o que espero do Conselho Nacional de Saúde. Vamos discutir mais idéias e menos pessoas, ainda que sejam as pessoas as responsáveis por criá-las, professá-las e difundí-las.

Por uma questão didática vou esquematizar minhas proposições em quatro grupos:

- 1) QUESTÕES DA ESTRUTURA DO CONSELHO;
- 2) QUESTÕES DO CARÁTER PROPOSITIVO DO CONSELHO;
- 3) QUESTÕES DO CARÁTER CONTROLADOR DO CONSELHO;
- 4) QUESTÕES CONJUNTURAS .

DENTRO DAS QUESTÕES CONJUNTURAS DESTACO:

Eleição da presidência do Conselho.

Ao que parece temos mais uma vez um impasse sobre a escolha do Presidente do CNS. Lembro que este “embrulho” começa pelo desconhecimento da legislação e por um Regimento Interno que a ignorou, provavelmente sem dolo. O RI definiu eleições de presidente a cada ano quando o Decreto determina a cada 3 anos. Descumprimento da legislação por desconhecimento dos conselheiros e por falta de assessoria jurídica.

Havia um acordo tácito da última eleição (já contestada) que nesta o espaço da presidência seria ocupado pelo representante dos usuários. Entretanto, os profissionais de saúde, mais que depressa, articularam mais uma reeleição do representante que, segundo o próprio, “jamais o desejou mas vinha sendo fortemente pressionado pelas bases para que permanecesse no poder por mais um ano e assim estava indo “a contragosto e contrariado”. Este quadro mudou quando o Ministro se colocou como um candidato à presidência. Neste momento estrategicamente (maquiavelicamente?) o representante dos profissionais retirou sua candidatura deixando que houvesse o

desgastante embate entre os defensores da presidência pelo Ministro e o representante dos usuários. Optou por pousar de estadista, assistindo de cadeirinha o circo pegar fogo, mesmo tendo dito de público, na última reunião do CNS que os profissionais de saúde estariam referendando a representação dos usuários.

Em alguns escritos e falas tenho defendido, nos últimos anos, uma posição sabidamente radical de que a presidência dos conselhos de saúde deveria ser ocupada exclusivamente por alguém escolhido democraticamente entre os cidadãos usuários. Não é assim em lei nem decreto que regulamenta a questão. Assim reza o “Decreto Federal 5839 11/6/2006 Art. 6º - O Presidente do CNS será eleito, entre os conselheiros titulares, em escrutínio secreto, na reunião em que tomarem posse os novos membros, votantes somente os membros titulares.” (Seria uma das mudanças necessárias no Decreto colocar que os votos seriam abertos.)

Que fique claro que hoje, à luz da legislação qualquer conselheiro, de qualquer dos segmentos, pode se colocar (seguindo as regras) como candidato à presidência do CNS. Até o Ministro se candidatar eram dois os candidatos, com a entrada do Ministro, retirou sua candidatura o representante dos profissionais de saúde e até o momento são candidatos o Ministro da Saúde e um representante dos usuários.

Continuo defendendo – com unhas e dentes – a eleição de um cidadão usuário à presidência do Conselho Nacional de Saúde, se não permanentemente (como tenho defendido), pelo menos nestas eleições que terão mandato por mais dois anos. Lembrando que esta questão deveria ter sido resolvida em dezembro quando nem tinha sido escolhido o atual Ministro para a saúde. Foi a tergiversação sobre ilegalidades que levou esta eleição agora para fevereiro. Se feita no seu devido prazo, estaria já eleito e empossado o representante dos usuários.

Não gostei das teorias conspiratórias dos defensores de qualquer das candidaturas. Acho que pode ser terrorismo puro e que não contribui para o crescimento da democracia entre nós. Outra argumentação que se tem usado é que, se eleito, o Ministro estará presente a todas as reuniões, trará seus secretários, trará a presença dos presidentes do CONASS e CONASEMS. Lamento o uso deste argumento. O CNS precisa da presença e participação do Ministro qualquer que seja seu presidente. De Padilha só posso esperar isto.

Defendi, entre outros, a escolha do Padilha como Ministro da Saúde. Por mais que seu passado o qualifique e avalise sua integridade e compromisso com a saúde, não passaria recibo em sua candidatura pura e simples, como que de direito, à presidência do CNS tratorando negociações e compromissos históricos anteriores. Seria um mal começo para sua gestão a ruptura de pactuações de quem tem tradição e escolha de ser um grande negociador. Não estou discutindo quem será melhor já que defendo a despresidentarização plenipotenciária do Conselho Nacional de Saúde. Dia virá que o Presidente do Conselho se porte como representante delegado de um colegiado e não como presidente corporativo de um único segmento, ou de si próprio e suas idéias.

Acho que o momento é de reflexão e qualquer coisa diferente da natural candidatura do cidadão usuário deverá passar por um debate aberto, sem pressões espúrias, sem terrorismos de ambos os lados. A eleição do Ministro e a retirada da candidatura do

cidadão usuário se vier a acontecer, só o pode através de consenso com os cidadãos usuários. Uma decisão madura, não passional nem fruto de medos e ameaças terroristas.

Estou apostando em que o melhor aconteça e já dei aí minha contribuição propositiva em vários pontos que podem ser melhorados ou ampliados. A convicção que tenho é de que o momento do Conselho deva ser de mudança, crescimento. O novo caminho para as missões precípuas do Conselho (proposição e controle), o pacto de legalidade, a preocupação e ação voltadas para os grandes e profundos temas e não a dissipação de energia e tempo com as pequenas querelas e picuinhas e muitas vezes com a mais primitiva das técnicas de funcionamento de um colegiado.

Vou citar um exemplo: qual foi a ação do Conselho Nacional de Saúde contra as Organizações Sociais, privatização incontestada do setor público de saúde? Dirão que houve e foi por resoluções, no que concordo. Foi feito tudo, o máximo, o melhor? Acho que não, pois logo a seguir teve mil vezes mais manifestação e ação do CNS lutando contra as Fundações Estatais, indubitavelmente públicas, ainda que administradas sob direito privado (B.Brasil, Petrobrás, Conselhos Profissionais, G.H.Conceição, Grupo Sara etc). Hoje as O.S. dominam em todos os estados e municípios e se tornam irrevogáveis, ainda que se esperasse isto da decisão do STF.

Outra questão é que o Conselho assuma um caráter maior de representação do todo e não das partes, quaisquer que sejam. Os Conselhos em geral não devem nem podem ser partidários (representação da parte qualquer que seja: política, religiosa, de grupos de trabalhadores, de entidades de doentes e deficientes) A ética das corporações, em geral, tende a se sobrepor e sufocar a ética do cidadão que deve ser a imperatriz.

Em qualquer situação tenho que dizer: NÃO SE ADMITE MAIS UM PRESIDENTE DO CNS QUE REINE AUTÔNOMO E AUTOCRÁTICO (AINDA QUE DECANTE A COLEGIALIDADE), MAS SIM UMA PRESIDÊNCIA COM GESTÃO COLEGIADA DE FATO. NELA A VOCALIZAÇÃO (IMPLÍCITA OU EXPLÍCITA) SERÁ NA PRIMEIRA DO PLURAL E JAMAIS NA DO SINGULAR.

A eleição da direção do CNS não pode ser pensada como apenas a escolha de um dirigente de entidade. Aqui a função é outra: a coordenação de um colegiado com representação variada, plural e não homogênea. Vamos ao processo que deve adubar uma ação madura e conjunta da futura direção do CNS e não uma visão de terra arrasada com vencidos e vencedores.

**QUE 2011 SEJA MAIS, BOM, QUE NOVO! NOVO SERÁ INEXORAVELMENTE...  
BOM SÓ SE FORMOS INCANSÁVEIS EM IR MUNDANDO O FINAL...**

Gilson Carvalho - Médico Pediatra e de Saúde Pública - carvalhogilson@uol.com.br

O autor adota a política do copyleft podendo este texto ser duplicado, publicado independente de autorização do autor. Textos disponíveis no site: [www.idisa.org.br](http://www.idisa.org.br). O último fato mais estarrecedor de atentado às conquistas sociais contra o SUS e contra o controle externo são os rumores de golpe no CNS.

## **13 de fevereiro de 2011**

**Luiz Augusto Facchini em 13/02/2011**

Caríssimo Gilson,

Conforme solicitado, estou encaminhando seu documento para todos. Você é craque. O fato de termos discordâncias fundamentadas, não impede de termos convergências extremamente relevantes sobre temas cruciais e críticos do SUS e do CNS. E o consenso será essencial para uma solução de alto nível na eleição da presidência e mesa diretora do CNS, mas também em seu processo político e operacional. Gostei dos quatro grupos de proposições, inclusive da "despresidencialização" do CNS. É um exercício essencial para alcançarmos um novo patamar de qualidade nas ações do controle social no país, que à semelhança dos problemas do SUS não poderão ter uma solução precária, instável. Quem quer que seja presidente do CNS, se for fruto de um grande pacto em favor de rápidas melhorias na saúde da população, sem dúvidas será um grande presidente.

Quando menciono as vantagens que o ministro trará ao CNS sendo seu presidente, faço no contexto da crise que se instalou. Concordo inteiramente que se a sucessão tivesse respeitado o rito democrático, hoje não teríamos crises e incerteza. O segmento dos usuários teria recebido a solidariedade dos trabalhadores nas urnas, antes mesmo de o novo ministro ter sido escolhido. Hoje, estaria fortalecido para a construção de um controle social capaz de superar os interesses particulares em favor da urgência em solucionar as mazelas do SUS.

Vislumbro uma perspectiva alentadora de o CNS solucionar sua crise sob a presidência do ministro Padilha, caso se alcancem alguns compromissos prévios: 1) a presidência e os 8 membros da mesa diretora resultarão de um consenso; 2) a agenda política pactuada será a prioridade de todas as atividades do CNS e de suas comissões e GTs 3) os debates da agenda devem explicitar e fundamentar as divergências e as deliberações devem ser orientadas ao consenso e à coordenação dos esforços particulares dos segmentos; 3) o ministro sendo presidente, comparecerá senão a todas à grande maioria das reunião do pleno do CNS; 4) o ministro sendo presidente, homologará e encaminhará para implementação e acompanhamento todas as deliberações do CNS, conferindo urgência aos temas da agenda política. Neste cenário, o CNS e a 14ª Conferência Nacional de Saúde constituirão uma espécie de Assembléia Nacional de Saúde do país, viabilizando um forte pacto em favor da saúde e instituindo as novas bases do SUS, capazes de superar as tradicionais mazelas sistêmicas e alcançar com maior agilidade as melhorias nas condições de saúde da população, especialmente dos mais pobres.

Sem defender dogmas e sem alimentar preconceitos, desejo que nosso debate franco e fraterno continue motivando muita gente a apontar alternativas e propostas para o CNS e o SUS.

Um grande abraço,

Facchini

## **14 de fevereiro de 2011**

### **Nota do CEBES sobre as eleições no CNS**

No momento em que se aproxima o desfecho dos embates abertos pelo processo de sucessão da presidência do CNS, o CEBES vem a público pronunciar-se mais uma vez a favor dos princípios sadios da democracia participativa pelo qual lutamos desde nossa criação como entidade em 1976, ainda em plena ditadura. Entendemos que esta forma de democracia naufraga se não se dão a definição e a obediência a regras claras de representação e coordenação dos variados segmentos e sem um espírito republicano que faça com que cada um desses segmentos pense para além dos seus interesses particulares. A crise atual não se encerra com a definição do presidente do CNS, seja ele um representante dos usuários ou um gestor destacado como o ministro da saúde, como acreditamos que deva ser, mercê dos efeitos favoráveis que terá para o restabelecimento do mencionado espírito republicano. Defendemos, antes de mais nada, os princípios da colegialidade, ou seja, da ação colaborativa de todos os que compõem o CNS, bem como a sucessão alternada dos segmentos nos cargos de coordenação da instituição. Não menos importante é a capacidade coletiva de pautar assuntos de real relevância para o futuro do SUS. Para que esses princípios e objetivos sejam resguardados, esperamos que venha a cessar a verdadeira guerra que coloca os trabalhadores e os gestores do SUS em lados opostos e irreconciliáveis. Entendemos que, neste sentido, se deva celebrar entre os segmentos presentes no CNS um pacto de caráter político que defina o caminho a ser percorrido com vistas à superação dos impasses atuais e que culmine com a redefinição nas regras de representação e funcionamento desta instituição.

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEBES, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2011.